

*Júlio Mesquita*  
*(ANC)*



17 NOV 1987

José Vieira de Carvalho Mesquit  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquit  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costã  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

# JORNAL DA TARDE

## Pior a emenda que o soneto

Os gritos de vitória, os abraços efusivos, as lágrimas de emoção, vá lá. A definição do mandato de quatro anos para o presidente Sarney realmente merece toda esta emoção dos constituintes. Mas cantar o Hino Nacional, isto estava fora de lugar. Em primeiro lugar porque o Hino Nacional serve para expressar emoções cívicas e se houve uma coisa que não entrou, nem um minuto sequer, na mente dos que votaram esta decisão, foram considerações cívicas. Em segundo lugar porque o Hino Nacional pertence à Nação, e esta não tem nenhum motivo para comemorar o que aconteceu, muito pelo contrário.

Por tudo que a Nação testemunhou nos últimos meses, a definição dos quatro anos de mandato — surpreendente, até certo ponto — deveu-se a tudo menos a qualquer tipo de convicção dos nossos nobres constituintes. Concluem os especialistas em genealogia política que ela se explica mais pela incompetência com que o presidente Sarney "negociou" o tema do que por qualquer outra consideração que levasse em conta, por qualquer das partes envolvidas, os interesses nacionais. A desastrada "reforma ministerial" que o sr. José Sarney empreendeu, com o objetivo declarado de precaver-se contra a eventualidade que se acabou confirmando (e não com o de dar ao País melhores condições administrativas), foi o que selou a sua sorte. Tudo girou em torno do intrincado jogo de concessão ou retirada de favores pelo "rei" (o presidente) aos muitos "príncipes" (os governadores, "donos de bancadas" e eminências mais ou menos pardas da República) que a Nação não tem tempo e nem estômago para conhecer em detalhes. Tudo começou com a entrega da superintendência da Sudene (rico curral eleitoral) ao vice do governador Miguel Arraes que fez com que o PFL do senador Marco Maciel (antigo "proprietário" do mencionado curral) se sentisse lesado e apressou o choque entre o partido e o ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães (agente do "golpe" da Sudene). Pressionado pelo PFL e com medo de perder o seu "apoio" aos cinco anos, Sarney concordou em demitir Magalhães e aproveitou para mexer com outras peças do Ministério. Mais uma vez não pensou nem um minuto no País paralisado pelo caos administrativo, mas apenas na votação de domingo passado. Tudo que interessava ao presidente era fortalecer os cinco anos de mandato. Mas nem isto que no Brasil se chama de "política" o presidente José Sarney aprendeu a fazer bem, apesar dos seus mais de 20 anos de dedicação profissional e exclusiva a este metier, e o tiro acabou saindo pela culatra.

A substituição do ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz, por Prisco Vianna desgostou ao senador José Richa a quem ele era ligado, e Borges da Silveira, a quem se entregou o Ministério da Saúde, era adversário político de Richa. Com isto o probo senador Richa, que era um dos grandes articuladores do "apoio" aos cinco anos "virou a casaca"...

A dispensa do ministro Roberto Santos, da Saúde, também desgostou o governador Waldir Pires, da Bahia, que levou sua bancada para os quatro anos...

O "golpe" da Sudene, que afastou os pefelistas sem cargos do presidente, entretanto, não foi mantido por Sarney, o que acabou desgostando o seu grande articulador, o governador Miguel Arraes, antes "vitorioso"...

Sarney também se esqueceu de calcular quem seriam os suplentes que subiriam para a constituinte para ocupar as vagas abertas pelos novos ministros escolhidos e alguns dos que ocuparam o lugar de "cinco anistas" eram "quatro anistas"...

Neste emaranhado de "turmas" e "turminhas", o presidente tropeçou várias vezes. E, além desses "grandes lances" no atacado, correram soltas as "negociações" no varejo, num degradante espetáculo explícito de distribuição de dinheiros públicos e concessões e de "loteamento" da Nação. Finalmente, já na reta final, prevendo os efeitos dos seus maus passos, o presidente literalmente "apelou", partindo para uma ignorância verbal que acabou acarretando-lhe o desastre por três votos.

Mas foi exclusivamente pelos erros e acertos de cada parte nesse jogo espúrio que nasceu a "vitória" dos quatro anos. A Nação não teve nada a ver com ela e nem houve o mais leve resquício de dignidade em todas estas manobras que recomendassem a entoação do Hino Nacional. O que este desastroso episódio confirma, apenas, é que a primeira parte do "esforço de transição para implantar uma democracia no Brasil" falhou estrondosamente, o que implica um perigoso alongamento dessa "fase de transição" e aumenta muito as nossas chances de acabarmos saindo dela pelo mesmo lado que entramos...

Se as indefinições do presidente Sarney abriram caminho para todas as definições — apenas insinuadas ou já institucionalizadas — de quem não tinha poder nem legitimidade para adotá-las em nome do Brasil e levaram a economia à atual paralisia, a redução do mandato do presidente — plenamente justificável em si mesma — só vem acrescentar lenha à fogueira do modo como foi decidida: acompanhada de um regime parlamentarista que, se for confirmado pelo plenário, entra em vigor dentro de 120 dias.

Saiu muito pior a emenda do que o soneto.

O problema da Nação; o que mantém a economia paralisada e os investimentos suspensos, é o clima de insegurança. Uma insegurança que nasce do choque permanente entre poderes com fronteiras mal definidas. Para arrancar a Nação dessa paralisia, portanto, é preciso dar-lhe segurança institucional e definir bem a fronteira entre os poderes. Mas esta Constituinte, que estabeleceu que um novo presidente deve ser eleito em novembro de 1988 em dois turnos e por maioria absoluta (e que, portanto, se "o poder emana do povo", terá mais poder do que qualquer presidente já eleito por maioria simples no Brasil), instituiu, ao mesmo tempo, um regime parlamentarista (carregado de más intenções) que deverá vigorar a partir de março de 1988 (e isto depois de rejeitar uma proposta para renovar o Congresso de modo a conferir legitimidade a um eventual regime parlamentarista). Cria, no mesmo dia, o mecanismo de fa-

bricação de presidentes mais fortes do que os que o Brasil já teve até hoje e um regime onde o poder maior é exercido pelo Legislativo! Cria, portanto, todas as condições para perpetuar o choque entre os poderes, a insegurança e a crise no Brasil.

Como evitá-lo é o assunto do editorial ao lado.